



# PLANO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE GUARAÍ - TO

2016 - 2026

Realização:

Patrocínio:



**PLANO MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA  
SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
(2016 – 2026)**

Guará – TO  
2015

**FRANCISCO JÚLIO PEREIRA SOBRINHO**

Prefeito Municipal

**SIMONYA MARIANO SANTOS**

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Cidadania

**MARILENE ALVES DA SILVA**

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

**1. INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES DA CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

<b>NOME DO REPRESENTANTE</b>	<b>REPRESENTATIVIDADE</b>	<b>TITULARIDADE</b>
Emanoel Aires do Nascimento e Marilene Alves da Silva.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania	Respectivamente Titular e Suplente
Lucivane Rodrigues Meneses e Zélia Maria de Oliveira Turíbio	Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Respectivamente Titular e Suplente
Bianna Faella Leão Gregório e Antônio Oliveira dos Santos	Secretaria Municipal da Saúde	Respectivamente Titular e Suplente
Bruno de Paula Dobler e Cícero Pereira Costa Filho	Secretaria do Esporte e Lazer	Respectivamente Titular e Suplente
Natali Gonçalves Passos Cunha e Jordana Carvalho Noleto	Loja Maçônica Mário Berinhg Nº 08	Respectivamente Titular e Suplente
Pe. Aleksandro Correia Rodrigues e Pe. Gilmar Morástica	Conselho de Ministros Evangélicos de Guaraí – COMEG	Respectivamente Titular e Suplente
Maria Beatriz Braga Mendonça e Olívia Rosa da Silva	Diretoria Regional de Ensino – CRE	Respectivamente Titular e Suplente
Eliane dos Santos Marques Espíndola	Centro Espírita Amor e Caridade – CEAC	Membro Suplente
Poliana Bonfim Santos	Secretária dos Conselhos Municipal de Assistência Social e CMDCAG	Poliana Bonfim Santos

Lucivane Rodrigues Meneses	Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Conselheira dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCAG	Lucivane Rodrigues Meneses
Paulo Teixeira Fernandes	Diretoria de Planejamento	Paulo Teixeira Fernandes
Geovanna Barbosa Teles	Estudante do Ensino Médio Oquerlina Torres	Geovanna Barbosa Teles
Leonice Teles dos Santos	Professora da Rede Estadual de Ensino	Leonice Teles dos Santos
Marilene Alves da Silva	Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS	Marilene Alves da Silva
Marilúcia dos Santos Primo	Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS	Marilúcia dos Santos Primo
Maria da Paz Pinto de Sousa Barbosa	Diretoria Regional de Ensino – DRE	Maria da Paz Pinto de Sousa Barbosa
Mayara Freitas Soares	Adolescente	Mayara Freitas Soares

### **EQUIPE DE ASSESSORIA TÉCNICA**

LaidyLaura Pereira de Araújo – Cedeca Glória de Ivone/ Projeto Farol

Mariana Borges - Cedeca Glória de Ivone/ Projeto Farol

Simone Pereira Brito - Cedeca Glória de Ivone/ Projeto Farol

## **1. APRESENTAÇÃO**

O Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do município de Guaraí tem como objetivo promover os direitos sexuais de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, assim como a responsabilização e atendimento aos autores da violência, com ações estratégicas e intersetoriais de prevenção, atenção, defesa e enfrentamento. Pretende ser uma ferramenta eficaz para enfrentar essa grave violação aos direitos humanos de meninos e meninas moradores/as do município de Guaraí. A elaboração do Plano se deu pela necessidade em dar respostas concretas à violência sexual neste município, cujos os índices de violência sexual vem aumentando nos últimos anos, conforme mostra o relatório do Conselho Tutelar.

Este Plano é um instrumento orientador das ações municipais de enfrentamento da violência sexual e deverá ser amplamente divulgado, para assegurar que crianças e adolescentes possam ter seus direitos garantidos. Assim, todas as entidades que prestam atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência sexual no município de Guaraí, deverão ter acesso ao plano bem como a utilização correta em sua prática institucional. Portanto, a nossa proposta é divulgar amplamente este instrumento de promoção, prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Espera-se que com as ações propostas neste Plano, o município, com a participação de toda a sociedade, possam enfrentar esta grave violação que afeta o público infanto-juvenil. O Plano terá vigência em um período de dez anos (2016 – 2026).

## 2. CONCEITUANDO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE

<sup>1</sup>A violência Sexual contra crianças e adolescentes, até bem pouco tempo, e ainda hoje, em quase todos os segmentos da sociedade brasileira, é uma questão cercada de tabus medos, omissões e mesmo indiferença. Felizmente, a partir da década de 1990, inicia-se um processo de mobilização de setores organizados da sociedade que lutam na defesa de direitos de crianças e adolescente e que se integra a outros movimentos sociais nacionais e internacionais, para tratar a violência sexual contra crianças e adolescentes como uma questão de natureza política, ética e de direitos humanos.

O Brasil como signatário da Convenção dos Direitos da Criança assegura na sua Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90, a doutrina da proteção integral. Nessa concepção a criança e o adolescente é pessoa na condição peculiar de desenvolvimento e com absoluta prioridade no atendimento de suas necessidades e ainda atribui à família, à sociedade e ao estado a responsabilidade pela garantia dos direitos assegurados em Lei. Esse novo marco legal possibilitou a criação de espaços públicos como lócus do debate e reflexão crítica sobre as violações de direitos e violências contra criança e adolescente. É assim, que a violência sexual, manifesta no *abuso sexual intrafamiliar ou interpessoal e na exploração sexual comercial e não comercial* vem se incorporando na agenda pública e problematizada como crime, violação de direitos humanos e no caso da exploração sexual uma forma moderna de escravidão.

Tratar a violência sexual como uma questão pública tem levado à compreensão do problema na dimensão de um fenômeno social que se constrói com múltiplos elementos e que envolve aspectos cultural, social, econômico e político, e se expressa nas relações sociais de classe, de gênero e de raça/etnia. Com a retomada da democratização do estado brasileiro, as relações entre os governos e a sociedade civil no campo das políticas

---

<sup>1</sup>Texto extraído do Caderno temático. Direitos sexuais são direitos humanos de crianças e adolescentes. Comitê Nacional de Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Brasília – DF, Maio/2011.

sociais foram se estreitando, o que favoreceu a expansão do movimento social e nesse contexto o movimento em defesa de direitos de crianças e adolescentes.

O marco referencial legal, teórico e de mobilização social, tem orientado os estudiosos, pesquisadores, gestores públicos e agentes dos movimentos sociais a problematizarem o tema da violência sexual, partido da compreensão da sua natureza para elevar a questão como um fenômeno sociocultural. Daí o que se pode ter como ponto de partida para compreensão do fenômeno é tomar a **violência** como categoria explicativa das situações/manifestações geradas por relações de poder violento e dominador. Essa violência que se manifesta na negligência, castigos físicos e psicológicos, discriminação na formação das crianças, prática do trabalho infantil principalmente por crianças oriundas das camadas mais pobres das diversas sociedades humanas e também no abuso e na exploração sexual.

No caso da violência sexual (abuso e exploração sexual comercial e não comercial) insere-se a ocorrência de relações desiguais de gênero como corte fundamental do fenômeno. É nesse sentido que, atualmente, a maior parte dos estudos analíticos e pesquisas realizadas no campo do abuso e da exploração sexual contra criança e adolescente, tem como base o poder. Portanto, os fatores que determinam as situações de violência sexual devem ser entendidos na sua complexidade e multideterminação, cujos indicadores envolvem variáveis de risco e vulnerabilidades por razões históricas, socioeconômicas, culturais e éticas. Caracterizar fatores de risco e vulnerabilidade quando se trata de crianças e adolescentes implica em considerar as relações de geração, de gênero, de raça/etnia, de desigualdade, de classe social, de condições econômicas que determinam as dinâmicas sociais e as relações interpessoais entre adultos e o seguimento infanto-juvenil.

Não há como ignorar ou desassociar a violência sexual contra crianças e adolescentes da questão de gênero. Saffioti (1998) pondera que em nossa sociedade androcêntrica e também adultocêntrica as relações de gênero são pano de fundo para a ocorrência da violência sexual. Nossa sociedade tende a aceitar que adultos exerçam o poder sobre crianças e adolescentes pela força. Conforme explica, <sup>2</sup>Nogueira Neto, a base

---

<sup>2</sup> Wanderlino Nogueira Neto. Por um Sistema de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, pág. 75, 2009



ontológica da luta pelo reconhecimento e fortalecimento da identidade geracional é a essência humana, negada e aniquilada pelo adultocentrismo hegemônico, mas que se deve tornar fundamento último da luta da criança e do adolescente, por melhores condições de vida e pela equidade. O Abuso e a exploração sexual ocorrem num contexto de imposição de poder, que “reflete as desigualdades socioeconômicas, raciais, étnicas e de gênero que regem nossa sociedade” (LIBÓRIO e SOUSA, 2004, p.30). É também no processo de coisificação que se revela na utilização do sujeito como objeto de desejo do outro.

### **3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE GUARAÍ**

#### **Breve histórico de Guaraí – TO<sup>3</sup>**

O Município de Guaraí está situado na Mesorregião Ocidental do Tocantins e Microrregião de Miracema do Tocantins. A grande concorrência comercial existente na cidade de Pedro Afonso, que já provocava indícios de crise em sua atividade, levou Leôncio de Souza Miranda a atravessar o Rio Tocantins e se instalar em 1937 na margem esquerda do grande Rio Tocantins, que na época era a única via de comunicação e penetração no norte goiano. Em torno de seu estabelecimento comercial, edificou três casas residenciais, o que deu ao lugarejo o nome de Trindade. Em pouco tempo outras famílias se deslocaram para aquele local, provocando um rápido desenvolvimento, o que permitiu que já em 1938, Trindade fosse elevada à categoria de Vila pela Prefeitura Municipal de Araguacema, em cujo território se situava. Em pouco tempo, Trindade teve seu nome alterado para Tocantinópolis. Mais tarde foi elevado à condição de Município pela lei nº 838 de 22 de junho de 1953, com o nome de Tupirama, o qual foi instalado em 1º de janeiro de 1954, já quando declinava o ritmo de crescimento local. Com o surgimento da BR-153 (Belém-Brasília), o Rio Tocantins começa a perder a importância para o Estado, enquanto que a Belém - Brasília se transforma no

---

<sup>3</sup> **Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, 2010.

verdadeiro polo de atração da população do Município e de diversas regiões do estado, fazendo nascer cidades às margens, fortalecendo as que tangenciaram ao mesmo tempo em que decretava o início de decadência daquelas que se situavam mais distantes de seu traçado.

Com o advento da construção da Belém - Brasília, Pacífico Silva, proprietário da fazenda Guarά, adquirida dos senhores Serafim Pereira da Silva e Joaquim Pereira da Costa, (vulgo Joaquim Guarά), integrado nas correntes políicas da região, resolveu fundar um povoado no local de sua propriedade. Foi então que, auxiliado pelo Sr. Jorge Yunes, gerente proprietário da Companhia de Engenharia que administrava a construção da Belém - Brasília nesta região, Pacífico Silva iniciou a campanha de fundação do Povoado Guarά, que se deu nos primeiros meses do ano de 1959. Em 1961, o povoado Guarά contava com cerca de 250 habitantes, 25 casas de comércio varejistas, 1 (um) posto de gasolina, 1 (um) campo de pouso, usado pela VASP, e um surto de progresso.

A força de atração da Belém- Brasília (BR-153) é tão intensa que em poucos anos, Guarά ultrapassa Tupirama e se torna mais importante, até que, em 1970, a sede municipal foi transferida para o povoado Guarά, pela lei Estadual nº 1.177 de 05 de novembro de 1968, passando o Município a denominar-se Guaraí. O nome Guaraí (Guarά Pequeno) do Tupi-Guarani originou-se da palavra Guarά, e o nome guarά dado a esta região deve-se à grande quantidade do animal guarά que ali existia. A festa religiosa da cidade é celebrada anualmente no dia 29 de junho, em homenagem a São Pedro, Padroeiro da Paróquia. A cidade está localizada a 200 km de Palmas e a 1.050 km de Brasília, capital da República.

### **3.1 Aspectos Gerais**

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 1,49% ao ano, passando de 20.005 para 23.200 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,81% ao ano, e inferior à cifra de 2,10% ao ano da Região Norte. A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 87,82% e em 2010 passou a representar 91,07% do total. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 3,7% em média. Em 2000, este grupo representava 7,4% da população, já em 2010 detinha 9,2% do total da

população municipal. O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-0,6% ao ano). Crianças e jovens detinham 32,3% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 6.463 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 26,2% da população, totalizando 6.082 habitantes.

Segundo informações do IBGE, censo 2010, a população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 2,18% ao ano), passando de 12.077 habitantes em 2000 para 14.984 em 2010. Em 2010, este grupo representava 64,6% da população do município. Os dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que o fornecimento de energia elétrica estava presente praticamente em todos os domicílios. A coleta de lixo atendia 89,4% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água o acesso estava em 88,3% dos domicílios particulares permanentes e 23,7% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado.

Quanto aos níveis de pobreza, em termos proporcionais, 5,3% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (9,7% da população na extrema pobreza na área rural contra 4,8% na área urbana). Em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 10,2%. Na área urbana, a taxa era de 9,4% e na zona rural era de 18,7%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 2,2%. Entre 2005 e 2009, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 94,0%, passando de R\$ 147,6 milhões para R\$ 286,4 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado que foi de 60,8%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 1,63% para 1,97% no período de 2005 a 2009.

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de serviços, o qual responde por 57,5% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 20,9% em 2009 contra 17,1% em 2005. Em sentido contrário ao verificado no Estado, em que a participação industrial decresceu de 24,9% em 2005 para 20,9% em 2009. O mercado de trabalho formal do

município apresentou em seis anos, saldos positivos na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010. O número de vagas criadas neste período foi de 724. No último ano as admissões registraram 1.072 contratações contra 1.061 demissões.

A receita orçamentária do município passou de R\$ 13,9 milhões em 2005 para R\$ 24,9 milhões em 2009, o que retrata uma alta de 78,6% no período ou 15,60% ao ano. A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 26,82% em 2005 para 24,82% em 2009, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 11,98% para 13,48%. A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no município, passando de 29,73% da receita orçamentária em 2005 para 27,43% em 2009. Essa dependência foi inferior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 38,87% em 2009.

Das despesas com educação, saúde, administração, urbanismo e gestão ambiental foram responsáveis por 80,93% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 3,86% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 4,86%. Entre 2000 e 2010, a população de Guaraí cresceu a uma taxa média anual de 1,49%, enquanto no Brasil foi de 1,01%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 87,86% para 91,07%. Em 2010 viviam, no município, 23.200 pessoas. Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 0,89%. Na UF, esta taxa foi de 1,03%, enquanto no Brasil foi de 1,02%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 77,52% para 87,86%.

**Quadro 2 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana - Guaraí - TO.**

<b>População</b>	<b>População (1991)</b>	<b>% do Total (1991)</b>	<b>População (2000)</b>	<b>% do Total (2000)</b>	<b>População (2010)</b>	<b>% do Total (2010)</b>
<b>População total</b>	18.488	100,00	20.018	100,00	23.200	100,00
<b>Homens</b>	9.294	50,27	10.032	50,11	11.687	50,38
<b>Mulheres</b>	9.194	49,73	9.986	49,89	11.513	49,63
<b>Urbana</b>	14.332	77,52	17.587	87,86	21.128	91,07
<b>Rural</b>	4.156	22,48	2.431	12,14	2.072	8,93

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 59,24% para 48,17% e a taxa de envelhecimento, de 4,92% para 6,29%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 71,70% e 3,94%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,94% em 2000 e 45,92% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Guaraí é 0,741, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,839, seguida de Renda, com índice de 0,724, e de Educação, com índice de 0,670.

**Quadro 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Guaraí – TO**

<b>IDHM e componentes</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>IDHM Educação</b>	0,215	0,408	0,670
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	21,02	31,85	54,58

% de 5 a 6 anos frequentando a escola	45,66	72,58	93,41
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	22,69	66,49	94,44
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	9,34	34,49	63,81
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	9,00	10,92	44,95
<b>IDHM Longevidade</b>	0,588	0,713	0,839
Esperança de vida ao nascer (em anos)	60,28	67,79	75,35
<b>IDHM Renda</b>	0,573	0,602	0,724
Renda per capita (em R\$)	283,61	339,90	722,83

Fonte: PNUD, Ipea e Fundação João Pinheiro - FJP

#### Quadro 4 - Distribuição da população infanto-juvenil por idade e gênero

Idade	Guaraí		Tocantins		Brasil	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>0 a 4 anos</b>	784	663	50.086	48.905	5.638.154	5.444.151
<b>5 a 9 anos</b>	1.054	973	67.070	63.933	7.623.749	7.344.867
<b>10 a 14 anos</b>	1.162	1.080	73.785	70.475	8.724.960	8.440.940
<b>15 a 19 anos</b>	1.151	1.128	70.724	68.595	8.558.497	8.431.641

Fonte: BGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2010.

#### Trabalho, Renda e Pobreza

A renda per capita média de Guaraí cresceu 154,87% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 283,61, em 1991, para R\$ 339,90, em 2000, e para R\$ 722,83, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 5,05%. A taxa média anual de crescimento foi de 2,03%, entre 1991 e 2000, e 7,84%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 44,75%, em 1991, para 34,71%, em 2000, e para 15,09%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do <sup>4</sup>Índice de Gini, que passou de 0,56, em 1991, para 0,55, em 2000, e para 0,61, em 2010.

#### Quadro 5 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Guaraí - TO

Discriminação	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	283,61	339,90	722,83
% de extremamente pobres	21,64	10,30	4,21
% de pobres	44,75	34,71	15,09
Índice de Gini	0,56	0,55	0,61

Fonte: PNUD, Ipea e Fundação João Pinheiro - FJP

Conforme mostra o quadro abaixo, com relação ao trabalho, entre 2000 e 2010, a **taxa de atividade** da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 68,54% em 2000 para 72,53% em 2010. Ao mesmo tempo,

<sup>4</sup>Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano, o **Índice de Gini**, é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

sua **taxa de desocupação** (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 13,06% em 2000 para 6,25% em 2010.

**Quadro 6 - Ocupação da população de 18 anos ou mais - Guaraí - TO**

<b>Discriminação</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Taxa de atividade	68,54	72,53
Taxa de desocupação	13,06	6,25
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	38,29	46,99
<b>Nível educacional dos ocupados</b>		
% dos ocupados com fundamental completo	37,00	60,09
% dos ocupados com médio completo	18,54	44,10
<b>Rendimento médio</b>		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	58,83	25,07
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	84,85	74,09
Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimo	95,88	90,65

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 15,61% trabalhavam no setor agropecuário, 0,00% na indústria extrativa, 7,19% na indústria de transformação, 8,85% no setor de construção, 1,29% nos setores de utilidade pública, 19,75% no comércio e 43,64% no setor de serviços.

Conforme dados do Censo IBGE 2010, a população total do município era de 23.200 residentes, dos quais 1.167 encontrava-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 5,0% da população municipal vivia



nesta situação. Do total de extremamente pobres, 277 (23,7%) viviam no meio rural e 890 (76,3%) no meio urbano. O Censo também revelou que no município havia 98 crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 134 na faixa entre 4 e 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, totalizou 248 pessoas na extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos havia 47 jovens nessa situação. Foram registradas 85 pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza, 45,1% dos extremamente pobres do município têm de zero a 17 anos, conforme mostra o quadro abaixo.

**Quadro 7 - População em situação de extrema pobreza por faixa etária**

<b>Idade</b>	<b>Quantidade</b>
0 a 3	98
4 a 5	134
6 a 14	248
15 a 17	47
18 a 39	376
40 a 59	179
65 ou mais	85
<b>Total</b>	<b>1.167</b>

De acordo com os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano 2010, o percentual de crianças de 0 a 5 anos fora da Educação Infantil no município de Guaraí é de 62%. Já o percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis a pobreza é de 10,78%. No ano de 2010 segundo o Censo IBGE 2010, 2,25% de meninas com idades entre 10 a 17 anos tiveram filhos. Veja o quadro abaixo.

**Quadro 8 – Indicadores sociais**

	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	62,27	34,34	13,30
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	80,92	62,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	18,36	5,02	1,41
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	16,84	10,78
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	2,90	7,49	2,25
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	13,50	5,75

Em relação aos dados de **crianças pobres, extremamente pobres e vulneráveis a pobreza** no município, de acordo com os dados apresentados pelo IBGE, Censo 2010, 7,1% das crianças estão na condição de extrema pobreza, 24,68% se encontra na condição de pobreza, 53% estão na condição de vulneráveis à pobreza.

**Quadro 9 – crianças em situação de pobreza**

Espacialidades	% de crianças extremamente pobres 2010	% de crianças pobres 2010	% de crianças vulneráveis à pobreza 2010
Brasil	11,470	26,010	49,410
Tocantins	14,960	33,040	59,870
<b>Guarái (TO)</b>	7,120	24,680	53,030

Conforme dados do Censo Demográfico, em agosto de 2010 o município possuía 11.933 pessoas economicamente ativa, sendo os jovens de 15 a 29 anos 35,6% da PEA. A taxa de desocupação da população geral foi de 5,9% e entre jovens foi de 4,0%. Dos 3.764 jovens com ocupação, 61,4% ganhavam até um salário mínimo. O valor do rendimento médio mensal entre jovens é de R\$ 695,71 e entre jovens negros R\$ 567,77. O rendimento médio mensal da PEA em geral é de R\$ 1.264,89. Do total de extremamente pobres no município, 654 são mulheres (56,0%) e 513 são homens (44,0%).

#### Quadro 10 – Adulto em situação de pobreza

<b>Espacialidades</b>	<b>% de extremamente pobres 2010</b>	<b>% de pobres 2010</b>	<b>% de vulneráveis à pobreza 2010</b>
Brasil	6,620	15,200	32,560
Tocantins	10,210	22,150	44,710
<b>Guaraí (TO)</b>	4,210	15,090	38,820

Do total da população em extrema pobreza do município, 149 (12,8%) se classificaram como brancos e 993 (85,1%) como negros. Dentre estes últimos, 42 (3,6%) se declararam pretos e 951 (81,5%) pardos. Outras 25 pessoas (2,1%) se declararam amarelos ou indígenas. De acordo com o censo 2010, havia 14 indivíduos extremamente pobres com alguma deficiência mental; 261 tinham alguma dificuldade para enxergar; 70 para ouvir e 57 para se locomover.

#### Educação

No município de Guaraí, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 93,41%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 94,44%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 63,81%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 44,95%. Entre 1991 e 2010,

essas proporções aumentaram, respectivamente, em 47,75 pontos percentuais, 71,75 pontos percentuais, 54,47 pontos percentuais e 35,95 pontos percentuais. De acordo com o Relatório Social da Secretaria de Gestão da Informação SAGI/MDS, das pessoas com mais de 15 anos em extrema pobreza, 117 não sabiam ler ou escrever, o que representa 17,3% dos extremamente pobres nessa faixa etária. Dentre eles, 66 eram chefes de domicílio. O Censo de 2010 revelou que no município havia 86 crianças de 0 a 3 anos na extrema pobreza não frequentando creche, o que representa 88,6% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária. Entre aquelas de 4 a 5 anos, havia 29 crianças fora da escola (21,5% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária) e, no grupo de 6 a 14 anos, eram 07 (2,7%). Por fim, entre os jovens de 15 a 17 anos na extrema pobreza, 00 estava fora da escola (0,0% dos jovens extremamente pobres nessa faixa etária).

**Quadro 11– Taxa de analfabetismo**

<b>Espacialidades</b>	<b>Taxa de analfabetismo - 11 a 14 anos 2010</b>	<b>Taxa de analfabetismo - 15 a 17 anos 2010</b>
<b>Brasil</b>	3,240	2,200
<b>Tocantins</b>	2,900	2,050
<b>Guaraí (TO)</b>	1,890	1,680

**Quadro 12 – <sup>5</sup>Distorção série idade**

<sup>5 5</sup> Razão entre o número de pessoas de 6 a 17 anos frequentando o ensino básico regular seriado (fundamental + médio) com atraso idade-série de 2 anos ou mais e o número total de pessoas nessa faixa etária frequentando esse nível de ensino multiplicado por 100. O atraso idade-série é calculado pela fórmula: [(idade - 5) - número da série frequentada], na qual o número da série frequentada é 10, 11 e 12 para as pessoas que frequentam a 1ª, a 2ª e a 3ª séries do ensino médio, respectivamente.

<b>Espacialidades</b>	<b>% de 6 a 14 anos no fundamental com 2 anos ou mais de atraso 2010</b>	<b>% de 6 a 17 anos no básico com 2 anos ou mais de atraso 2010</b>
Brasil	15,900	19,590
Tocantins	14,570	18,800
<b>Guaraí (TO)</b>	11,020	15,340

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Censo 2010.

Com relação à distorção série/idade, os dados do IBGE 2010, mostram que 11,02% de crianças e adolescentes moradores/as de Guaraí, com idades entre 6 a 14 anos, estão com dois anos ou mais de atrasos na escola e 15,34% estão no básico com 2 (dois) ou mais anos de atrasos.

Com base nos dados do Censo 2010, verifica-se que o município possuía 438 jovens de 15 a 17 anos fora do ensino médio. Entre esses jovens, 80,9% são negros. Em relação ao ensino superior, 2.569 jovens de 18 a 24 anos se encontravam fora do ensino superior, sendo que 71,4% desses jovens são negros. Ainda a partir do Censo 2010, 336 jovens não estavam estudando nem estavam ocupados, entre os quais constavam 262 jovens negros. Enquanto na juventude em geral o percentual de jovens negros corresponde a 73,3%, entre os jovens que não estavam estudando nem estavam ocupados, o percentual de jovens negros é de 77,9%.

### **Política de Assistência Social**

O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

No Município Guaraí/TO, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em setembro de 2015 era de 3.627 dentre as quais:

- 1.135 com renda per capita familiar de até R\$77,00;
- 959 com renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00;
- 1.042 com renda per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo;
- 491 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de novembro de 2015, 1.802 famílias, representando uma cobertura de 93,8 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 138,66 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 249.871,00 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de setembro de 2015, atingiu o percentual de 83,0%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 1.513 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 1.822. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 77,9%, resultando em 313 jovens acompanhados de um total de 402.

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de junho de 2015, atingiu 71,4 %, percentual equivale a 1.007 famílias de um total de 1.411 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

Conforme dados do Censo 2010, a população total do município era de 23.200 residentes, dos quais 6.460 são jovens de 15 a 29 anos. Entre a população total, 16.619 (71,6%) são negros (ou seja, se autodeclararam pretos ou pardos). Entre os jovens, 4.735 (73,3%) se autodeclararam negros. De acordo com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, no ano de 2012

ocorreram 06( seis) <sup>6</sup>homicídios no município. Entre esses homicídios, 02 (dois) foram de jovens de 15 a 29 anos, sendo 02 (dois) entre jovens negros.

Os homicídios entre jovens negros corresponderam a 100,0% do total de homicídios entre jovens. A taxa de homicídios entre jovens negros é 0,82 vezes a da população geral. De 2001 a 2012, os homicídios no município aumentaram, representando uma variação de 500% no total anual de homicídios.

Com base em dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2011, o município não possui Conselho de Igualdade Racial e declarou não possuir programas ou ações de promoção da igualdade racial. Com base em dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009, o município não possui Conselho Municipal de Direitos da Juventude ou similar.

O Relatório de Informações Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS revela que no âmbito da gestão de políticas de Direitos Humanos, o município de Guaraí não possui estrutura própria. Em relação ao Conselho Municipal de Direitos Humanos, o município declarou não possuir. Com relação à existência de programas ou ações que possam contribuir no esforço de enfrentamento da vulnerabilidade à violência contra a juventude, especialmente negra, o município declarou a existência dos seguintes programas: combate à violência nas escolas e de combate à discriminação nas escolas. Segundo o <sup>7</sup>Relatório Sagis, o município declarou não possuir um Plano municipal de atendimento socioeducativo.

---

<sup>6</sup> Considera-se homicídio todos óbitos registrados na categoria “Morte por Causas Externas – Agressões”, de acordo com o padrão classificatório CID-10.

<sup>7</sup> Relatório disponível em [http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega\\_pdf.php?rel=vulnerabilidades\\_pop\\_n](http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=vulnerabilidades_pop_n), acesso em 06 de fevereiro 2015.

No tocante aos programas/serviços do município voltados ao atendimento das crianças e adolescentes ofertados pelo CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, foram identificados:

- **Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência –PROERD:** visa combater às drogas e à violência, direcionado às crianças, adolescentes e pais, ministrado pela Polícia Militar local, com duração de 06 (seis) meses.
- **Escolinha de Futebol Divino Pai Eterno:** direcionado às crianças e adolescentes da rede municipal de ensino, visando à educação esportiva como forma de tirá-los do mundo do crime, porém, insuficiente para a demanda existente.
- **AABB Comunidade:** parceria entre o Banco do Brasil e a Prefeitura municipal, voltado às crianças e adolescentes do Município, como forma de complementação escolar nas áreas do esporte, lazer e cultura.
- **Corais Nas 5 Escolas Municipais.**
- **Projetos e Programas em fase de implantação**

Programa Craques Na Vida– Foco: futebol

Projeto Lutando Pela Vida – Foco: Jiu-Jitsu

Projeto Talentos De Guaraí – Foco: Música – violão e cavaquinho

Projeto escola de música prof. João Gualberto da Silva Filho – Foco: Música – instrumentos de sopro – Banda Municipal

Projeto Guri de Karatê – Foco – Kara



No que se refere as fragilidades do município no tocante a Rede de Atendimento foi identificado:

- Equipe insuficiente para atender a demanda na orientação e apoio sociofamiliar;
- Recursos financeiros operacionais insuficientes;
- Quantidade insuficiente de creches para atender a demanda;
- Inexistência de escola de tempo integral;
- Insuficiência de área de lazer;
- Inexistência de clínica especializada para reabilitação de adolescentes que praticam atos infracionais e com dependências de substância psicoativas;
- Insuficiência nas ações voltadas para reintegração de crianças e adolescentes na família;
- Inexistência de pontos culturais;
- Insuficiência de ações voltadas para capacitação da rede de educação e saúde em relação à garantia de direitos da criança e do adolescente;
- Insuficiência de ações voltadas para conscientização das famílias referente à importância do fortalecimento de vínculos para o bom desenvolvimento da criança e do adolescente;
- Insuficiência da rede de proteção para acolhimento, orientação e prevenção de DST e gravidez/paternidade precoce.

Com relação ao Trabalho Infantil , segundo os dados do IBGE, Censo 2010 o município possui 442 crianças e adolescentes em situação de trabalho Infantil, com idades entre 10 a 17 anos. Destes 364 são meninos e 78 meninas nesta situação.

### **Projetos de Esporte e lazer**

1. Programa Craques Na Vida– Foco: futebol
2. Projeto Lutando Pela Vida – Foco: Jiu-Jitsu
3. Projeto Talentos De Guaraí – Foco: Música – violão e cavaquinho
4. Projeto escola de música prof. João Gualberto da Silva Filho – Foco: Música – instrumentos de sopro – Banda Municipal
5. Projeto Guri de Karatê – Foco – Karatê

Segundo informações que constam no Atlas do Desenvolvimento Humano 2010, no tocante a mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) o município de Guaraí passou de 34,3 por mil nascidos vivos, em 2000, para 13,3 por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 62,3. Já na UF, a taxa era de 19,6, em 2010, de 36,5, em 2000 e 63,7, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 por mil nascidos vivos para 16,7 por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 por mil nascidos vivos. Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

### **Quadro 19 - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Guaraí - TO**

	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Esperança de vida ao nascer (em anos)	60,3	67,8	75,4
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	62,3	34,3	13,3
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	81,4	44,4	14,3
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	3,4	2,6	2,4

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 7,6 anos na última década, passando de 67,8 anos, em 2000, para 75,4 anos, em 2010. Em 1991, era de 60,3 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

Quanto ao saneamento básico, importante ressaltar que as condições de saneamento e serviços correlatos do município de Guaraí interferem nas condições de saúde da população.

Em relação ao saneamento e moradia dos domicílios, os dados do IBGE, Censo 2010, conforme mostra os dados, em 2010, o município de Guaraí, contabilizou um percentual de 0,48% de domicílios que não contava com energia elétrica em suas residências, 2,26% destes domicílios permanentes possuía paredes inadequadas, ou seja, as paredes não são de alvenaria, nem de madeira aparelhada. 262 pessoas extremamente pobres (11,4% do total) viviam sem luz, 393 (17,2%) não contavam com captação de água adequada em suas casas, 2.236 (97,8%) não tinham acesso à rede de esgoto ou fossa séptica e 1.855 (81,1%) não tinham o lixo coletado. De acordo com o relatório SAGIS, 174 (14,9%) da população do município não contavam com captação de água adequada em suas casas, 1.062 (91,1%) não tinham acesso à rede de esgoto ou fossa séptica e 341 (29,2%) não tinham o lixo coletado. Das 304 pessoas extremamente pobres (26,1% do total) não tinham banheiro em seus domicílios, 169 (14,5%) não tinham em suas casas paredes externas construídas em alvenaria.

**Quadro 20 - Saneamento e moradia dos domicílios**

<b>Espacialidades</b>	<b>% de pessoas em domicílios sem energia elétrica</b>	<b>% de pessoas em domicílios com paredes inadequadas</b>	<b>% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado</b>
	<b>2010</b>	<b>2010</b>	<b>2010</b>

<b>Espacialidades</b>	<b>% de pessoas em domicílios sem energia elétrica 2010</b>	<b>% de pessoas em domicílios com paredes inadequadas 2010</b>	<b>% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado 2010</b>
Brasil	1,420	3,420	6,120
Tocantins	5,260	8,060	8,070
<b>Guaraí (TO)</b>	0,480	2,260	3,360

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

## **SITUAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO**

### **Quadro 21- Violações aos direitos das crianças e adolescentes identificadas no município de Guaraí/TO**

<b>TIPOS DE VIOLAÇÃO</b>	<b>CARACTERÍSTICAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATINGIDOS</b>	<b>DADOS COLETADOS JUNTO ÀS FONTES DE INFORMAÇÃO</b>
<b>MAUS-TRATOS: VIOLÊNCIA FÍSICA OU PSICOLÓGICA, ABANDONO,</b>	<b>CONSELHO TUTELAR</b> Crianças e adolescentes entre 1 mês e 17 anos em que 50,79% destes são do sexo masculino e 49,20% do sexo feminino.	Nos dados levantados no período de janeiro de 2012 a maio de 2014, foram detectados 63 casos de violações. Destes, 47,61% são registros de violência física, 12,70% de violência sexual, 1,60% de violência psicológica, 19,04% de abandono de incapaz e 19,05% de negligência.

<b>NEGLIGÊNCIA.</b>	<b>UNIDADE DE SAÚDE</b> Crianças e adolescentes entre 1 e 17 anos. (obs.: não foram especificadas nos registros existentes outras características).	No período de janeiro de 2012 a maio de 2014, foram notificados 16 casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências. Os registros existentes não especificam quais os tipos de violência, mas são registrados, de forma geral, nessas três categorias acima citadas.
	<b>REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL – CREAS</b> Crianças e adolescentes entre 1 e 18 anos, sendo 46,20% do sexo feminino e 53,80% sexo masculino. Observou-se que a maior incidência de violência foi registrada nas faixas etárias entre 12 e 15 anos com o seguinte percentual: 37,5% de 12 anos de idade, 20,65% de 13 anos e 10,86% de 15 anos de idade.	No período de janeiro de 2013 a maio de 2014, foram registrados 184 casos de violência, sendo: 4,34% de abuso sexual, 85,88% maus tratos, exploração sexual 4,89% e drogadição 4,89%.
	<b>CAI – Casa de Acolhimento Institucional</b> Crianças e adolescentes entre 2 e 17 anos, sendo 71,73% do sexo masculino e 28,26% do sexo feminino. Observou-se que a maior incidência de violência foi registrada nas faixas etárias entre 11, 12, 13, e 17 anos com o seguinte percentual: 13,04% com 11 anos de idade, 10,86% 12 anos, 8,69% com 13 anos e 13,04% com 17 anos.	
	<b>ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS</b>	No período de fevereiro de 2012 a maio de 2014,

	<p>Crianças e adolescentes na faixa etária entre de 3 e 17 anos, sendo,33,16% do sexo feminino e 66,83% do sexo masculino. Destes, 2,97% com três anos de idade, 11,89% com quatro anos, 7,93% com cinco anos, 11,89% com seis anos, 9,90% com sete anos, 11,38% com oito anos, 11,89% com nove anos, 16,83% com dez anos, 5,44% com onze anos, 1,48% com doze anos, 1,98% com treze anos, 2,47% com quatorze anos, 2,47% com quinze anos, 0,99% com dezesseis anos e 0,49% com dezessete anos.</p>	<p>foram registrados 202 casos de violência, sendo que 97,53% se relacionam à negligência por falta de acompanhamento na vida escolar, 0,49% violência psicológica, 0,49% drogadição, 0,49% violência sexual e 1,00% violência física.</p>
<p><b>ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL</b></p>	<p><b>DEFENSORIA PÚBLICA POLÍCIA MILITAR MINISTÉRIO PÚBLICO</b> Adolescentes entre 11 e 17 anos.</p>	<p>Para levantamento dos dados dessas três instituições, foi realizado o cruzamento de dados, devido trabalharem em regime de cooperação, ou seja, os registros de ocorrência da Polícia Militar são encaminhados ao Ministério Público e muitos perpassam pela Defensoria Pública. Desse modo, foram registrados, no período de fevereiro de 2013 a maio de 2014, 73 casos de adolescentes autores de atos infracionais. Destes, 93,15% são do sexo masculino e 6,85% do sexo feminino. A incidência maior se deu na faixa etária entre 13 e 16 anos, sendo: 1,36% com 10</p>

		anos, 2,73% com 11 anos, 2,73% com 12 anos, 16,50% com 13 anos, 21,91% com 14 anos, 19,17 com 15 anos, 24,65% com 16 anos e 10,95% com 17 anos.
--	--	---

**Quadro 22 – Quantidade e percentual das violações de direitos**

<b>TIPO DE VIOLAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Negligência	336	57,53%
Violência Física	69	11,81%
Ato Infracional	73	12,5%
Violência Sexual	31	5,30%
Abandono	29	4,98%
Violência Psicológica	19	3,25%
Drogadição	18	3,08%
Exploração Sexual	09	1,55%

#### **4. O Plano municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: diretrizes e objetivos**

O Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes do Município de Guaraí é um marco na política de atendimento a crianças e adolescentes, tendo em vista que não há estratégias para prevenir e enfrentar, de forma integrada e intersetorial, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Para isso, este Plano, feito a muitas mãos, pretende ser uma ferramenta eficaz para enfrentar essa grave violação aos direitos humanos de meninos e meninas moradoras e moradoras do município de Guaraí. A elaboração desse Plano se deu pela necessidade em dar respostas concretas à violência sexual no município. Com a intenção de assegurar os direitos sexuais e reprodutivos às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual. Assim, o conjunto de suas ações, pretende fomentar iniciativas e estratégias organizadas de forma a permitir uma intervenção política, técnica e financeira para o enfrentamento da violência sexual infanto juvenil (Brasil, 2001).

Este Plano será executado no período que compreende 2016 a 2026 com ações, objetivos e responsabilidades definidos, em conformidade com as normativas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA que recomenda para dez anos o prazo de execução dos planos destinados à garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes. O quadro operacional do plano, de acordo com última revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes realizada em 2012 está estruturado em torno de seis eixos estratégicos os quais foram respeitados no âmbito municipal. Além dos eixos estratégicos, integra este Plano, a matriz de avaliação e monitoramento, que pretende apontar, avaliar e monitorar as ações e a sua efetividade.

### **5 OBJETIVOS DO PLANO**

#### **5.1 GERAL**

Fomentar e articular um conjunto de ações que permita a intervenção e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Guaraí.



## 5.2 ESPECÍFICOS

- Promover ações de prevenção, articulação e mobilização em torno da violência sexual.
- Fortalecer as ações de defesa e responsabilização, com garantia de direitos a crianças e adolescentes em situação de violência sexual.
- Garantir a atenção especializada às crianças e adolescentes com direitos sexuais ameaçados ou violados.
- Contribuir para a execução da Política de Assistência Social, através de ações prioritárias, baseado no princípio da equidade.

## 6. EIXOS ESTRATÉGICOS

O Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual de Guaraí é formado por seis eixos estratégicos que configuram a operacionalidade das ações a serem executados, os responsáveis e os parceiros.

- **Prevenção:** Este eixo tem o objetivo de assegurar ações de prevenção, que evitem ou minorem os riscos de violência praticados contra crianças e adolescentes possibilitando-lhes orientação para o fortalecimento da autodefesa.
- **Atenção:** Tem o objetivo de assegurar ações que garantam o atendimento integral com base no respeito aos direitos humanos de crianças e adolescentes, pressupondo o desenvolvimento de ações articuladas e que dêem conta do contexto multidimensional em que está configurada a violência sexual, com aspectos relacionados à cultura, à economia e às características psicoemocionais dos indivíduos envolvidos, e que não poderão/deverão ser respondidas por uma única instituição ou política pública.
- **Defesa e Responsabilização:** Trata-se de instrumento disponíveis aos atores que integram o Sistema de Garantia de Direitos para contraporem-se as ameaças e violações aos direitos da criança e do adolescente. Responsabilização refere-se a sanções

cabíveis, através de medidas judiciais aos que praticam violências contra crianças e adolescente. Atua também na perspectiva de garantir às pessoas que sofrem a violência e seus familiares o direito de acessar a justiça.

- **Comunicação e Mobilização Social:** Visa garantir ações que possibilitem a avaliação da qualidade e o potencial da mobilização e realização de ações de enfrentamento no município, envolvendo todos os atores que tem incidência sobre o tema, a representatividade e pertinência da participação das instituições envolvidas e o grau de comprometimento com as demandas pactuadas, comprometendo a sociedade nas ações do Plano.
- **Participação e Protagonismo:** Trata-se de garantir o direito de crianças e adolescentes à participação ativa. Deve considerar a proporção do número de crianças e adolescentes em espaços de garantia e promoção de seus direitos; a qualificação da participação de crianças e adolescentes em fóruns, encontros e programas que promovam e defendam seus direitos; a inclusão de sugestões das crianças e adolescentes no processo de formulação de programas de prevenção e atendimento; a qualificação da prática das instituições que trabalham com crianças, adolescentes e jovens na perspectiva de assegurar a efetiva participação desses grupos etc.
- **Estudos e Pesquisa:** Pretende inferir o nível de efetivação na realização de estudos quantitativos e qualitativos da situação de violência sexual contra crianças e adolescentes no território municipal, com ênfase nas proporções estabelecidas a partir dos conceitos de direitos trazidos pelos documentos internacionais e na legislação nacional, bem como a capacidade de organizar sistemas articulados de informações sobre a situação da violência sexual e as possibilidades e cenários futuros.

## **7. METODOLOGIA UTILIZADA PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO**

Antecedendo as ações de elaboração deste plano, a realização do Colóquio sobre violência sexual que contou com a participação de todos os atores do Sistema de Garantia de Direitos, tendo sido constituído na ocasião, um Grupo de Trabalho (GT) para elaboração do Diagnóstico Rápido Participativo do Município (DRP). Após a constituição do referido GT, seus membros receberam assessoria presencial e à distância

para a elaboração do Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes e seus desdobramentos. O GT recebeu todas as orientações sobre o processo de elaboração de uma política e plano, bem como a assessoria técnica no tocante ao levantamento de informações secundárias para integrar o DRP.

Para elaboração do DRP o Grupo de Trabalho foi dividido conforme os 06 (seis) eixos do plano. Para tanto, foi levado em consideração as áreas de atendimento/atuação dos/as participantes, a saber: promoção, defesa e controle social. Na primeira reunião foram distribuídas planilhas para cada grupo, a fim de coletar os dados do município sobre a situação da infância e adolescência, e nas reuniões e encontros seguintes foram pactuadas as planilhas, realizadas visitas e levantamentos e em seguida, foram organizados os dados coletados. Após a organização e sistematização do diagnóstico, realizou-se um encontro para apresentação do diagnóstico à comunidade local. Em seguida o GT deu início ao processo de construção do Plano Municipal de Violência contra crianças e adolescente.

A etapa seguinte de elaboração foi a Consulta Pública Virtual realizada por meio do site do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone, por um período de 20 (vinte dias). Após a consulta pública o plano passou por revisão textual e em seguida foi encaminhado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, para os acréscimos e contribuições pertinentes.

## **8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO**

O monitoramento do plano de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes do município de Guaraí ocorrerá por intermédio do Observatório dos Direitos Humanos da Criança e do adolescente, articulando-se com a rede de enfrentamento da violência sexual, sem prejuízo da ação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como instância deliberativa, de controle e acompanhamento das políticas destinadas à infância e adolescência.

Cabe destacar que o Observatório é uma ferramenta de trabalho que o Cedeca Glória de Ivone utiliza para monitorar a política de enfrentamento a violência e a exploração sexual no estado do Tocantins. Para tanto, foi criada uma matriz de monitoramento, com indicadores básicos para subsidiar o monitoramento do plano, dos programas e projetos, as ações, as estratégias, o cronograma de execução e orçamentos, enfim, verificar se há compatibilidade entre ações previstas e executadas e o status das mesmas, conforme descrito e previsto no plano de enfrentamento da violência.

As ações desenvolvidas pelo município serão identificadas e visibilizadas pelo observatório por meio de site no sítio do Cedeca/TO Glória de Ivone. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá dar continuidade às ações de monitoramento, como forma de garantir a execução das ações previstas no Plano.

## 9. MATRIZ OPERACIONAL

<b>EIXO PREVENÇÃO</b>		
<b>Objetivo: Prevenir as situações que vulnerabilizam crianças e adolescentes aos riscos das violências sexuais.</b>		
<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Parceiros</b>
Capacitação dos profissionais da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente a respeito da violência, os seus impactos e necessidade de notificação da mesma.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania, Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal da Educação.	Cedeca Glória de Ivone e Universidades e Instituto IDESA
Ampliação das ações de orientação sobre sexualidade com foco na prevenção de DST, Gravidez na adolescência.	Secretaria da Saúde e Centro de Referência Especializado de Assistência Social –CREAS.	Secretaria Municipal da Educação: Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais) Colégios Estaduais, Centro de Ensino Médio e Centro de

		Referência de Assistência Social-CRAS.
Promoção do fortalecimento das redes familiares e comunitárias para a defesa de crianças e adolescentes contra situações de violência sexual.	Centro de Referência de Assistência Social-CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social –CREAS.	Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais) Colégios Estaduais e Centro de Ensino Médio.
Implantação e fortalecimento dos programas de profissionalização e geração de renda para adolescentes e famílias.	Secretaria de Desenvolvimento e Cidadania e Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e CREAS	Instituto IDESA, Escolas e Igrejas.
Adoção e desenvolvimento de uma política pública de cultura, esporte e lazer com foco na cidadania.	Secretaria de Desenvolvimento e Cidadania Social, Secretaria Municipal de cultura e Secretaria Municipal de Educação.	Centro de Referência de Assistência Social CRAS e Instituto IDESA.
Promoção de ações educativas/formativas nos espaços de convivência de crianças e adolescentes para a prevenção ao abuso e/ou exploração sexual visando garantir os seus direitos sexuais, observando temas transversais como gênero, raça/etnia, orientação sexual etc.	Secretaria de Desenvolvimento e Cidadania/Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal da Educação e Cedeca Glória de Ivone.
Inserção do conteúdo de educação sexual nas escolas públicas	Secretaria Municipal da Educação	Secretaria Municipal da Saúde e Conselho Municipal de Educação

### **Indicadores de Monitoramento**

1. Número de ações educativas realizadas e espaços de promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes implementados no município.
2. Número de profissionais que receberam formação.
3. Número de reuniões de articulação intersetorial.
4. Número de campanhas de prevenção à violência sexual realizadas.
5. Inserção de conteúdo sobre educação sexual nas escolas públicas.
6. Número de capacitações realizadas sobre saúde sexual com profissionais e adolescentes.

## EIXO – ATENÇÃO

**Objetivo: Assegurar ações que garantam o atendimento integral com base no respeito aos direitos humanos de crianças e adolescentes, familiares e a pessoa autora da violência sexual.**

<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Parceiros</b>
Implantação de serviço de apoio às pessoas em situação de violência sexual	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania/Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS e Secretaria da Saúde	Secretaria Estadual da Saúde/Serviço de atenção a pessoa em situação de violência Sexual/SAVIS e Cedeca Glória de Ivone.
Promoção do atendimento à pessoa que cometeu a violência sexual.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania e Secretaria Municipal da Saúde.	Secretaria Estadual da Saúde/Serviço de atenção a pessoa em situação de violência Sexual/SAVIS , Cedeca Glória de Ivone e Ministério Público Estadual.
Elaboração do protocolo único de atendimento às pessoas em situação de violência sexual.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania/Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS.	Secretaria Municipal da Saúde, Educação, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Defensoria Pública, Delegacia de Proteção à Infância e Adolescência, Cedeca Glória de Ivone e Instituto IDESA.

Atendimento e acompanhamento às crianças e adolescentes em situação de violência sexual.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania/Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS e Conselho Tutelar.	Promotoria de Justiça e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.
Garantia de acolhimento institucional a crianças e adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual, em casos de excepcionalidade.	Governo Municipal/Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania.	Conselho Tutelar, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA e Promotoria de Justiça.

### **Indicadores de Monitoramento**

1. Serviço de apoio a pessoa em situação de violência sexual instituído e em pleno funcionamento no município.
2. Levantamento da quantidade de casos notificados.
3. Número de pessoas atendidas nos serviços de atenção às pessoas em situação de violência sexual.
4. Serviço de acolhimento institucional fortalecido e atendendo as necessidades das crianças e adolescentes em situação de violência.
5. Município com serviços estruturados para o atendimento da pessoa que comete violência sexual contra crianças e adolescentes.
6. Rede unificada e utilizando o protocolo e fluxo de atendimento às pessoas em situação de violência sexual.

**EIXO - DEFESA E RESPONSABILIZAÇÃO****Objetivos: Garantir a proteção jurídico-social a crianças e adolescentes e suas famílias.**

<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Parceiros</b>
Criação da Delegacia Especializada de Proteção da Criança e do Adolescente no município.	Secretaria Estadual da Segurança Pública.	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCAG, Ministério Público Estadual e Governo Municipal.
Formação para os atores da Rede de Proteção sobre Notificação dos Casos.	Secretaria Municipal da Saúde.	Cedeca Glória de Ivone e Universidades.
Fortalecimento e fiscalização da rede de proteção da criança e do Adolescente.	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -CMDCAG	Conselho Tutelar, Promotoria da Infância e Adolescência, Rede Municipal de adolescentes participativos (constituída durante as oficinas do projeto Farol) e Instituto IDESA.
Garantia da responsabilização dos setores da construção civil/infraestrutura, turismo, hotelaria para os casos em que facilite ou promova o abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente.	Promotoria de Justiça/ Ministério Público Estadual e Poder Judiciário.
Garantia das condições de funcionamento permanente ao Conselho Tutelar.	Governo Municipal	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCAG, Ministério Público e Câmara de Vereadores.
Capacitação de agentes do sistema de Segurança e Justiça responsáveis por realizarem a escuta de crianças e adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual de forma a evitar a revitimização, observando temas transversais como gênero, raça/etnia, orientação sexual etc.	Secretaria Municipal da Saúde e Centro de Referência de Assistência Social-CREAS.	Unitins/Escola de Conselhos, Ministério Público Estadual e Cedeca Glória de Ivone.



Fortalecimento dos órgãos que compõem o Sistema de Garantia no âmbito da defesa e responsabilização.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania.	Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.
--	--	--

**Indicadores de Monitoramento:**

1. Número de serviços especializados em apurar crimes contra crianças e adolescentes e a criação do núcleo integrado capaz de atender de forma mais ágil os casos de abuso e/ou exploração sexual, com a presença de instituições como delegacia especializada, vara especializada, promotoria especializada, perícia e serviços de proteção.
2. Número de serviços especializados de denúncia e notificação de abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes.
3. Número de autuações lavradas pelos órgãos competentes para erradicação das piores formas de trabalho infantil, com foco na exploração sexual de crianças e adolescentes.
4. Número de protocolos firmados com órgãos policiais e judiciais que observam a imprescindibilidade da escuta.
5. Delegacia Especializada de Proteção Especializada implantada em pleno funcionamento, com todas as condições de trabalho.
6. Conselho Tutelar fortalecido e em pleno funcionamento, com todas as condições de trabalho.
7. Sistema de notificação implantado.

**EIXO - PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO****Objetivo: Desenvolver e ampliar os espaços para o exercício do direito à participação de crianças e adolescentes.**

<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Parceiros</b>
Garantia da participação dos adolescentes nos Conselhos deliberativos.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania.	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCAG, Rede Municipal de adolescentes participativos (constituída durante as oficinas do projeto Farol) e Instituto IDESA.
Fortalecimento dos Grêmios estudantis e da Rede de Adolescentes Participativos do município.	Secretaria Municipal de Educação/Unidades escolares estaduais e municipais e Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania.	Cedeca Glória de Ivone, CMDCAG e Rede Municipal de adolescentes participativos (constituída durante as oficinas do projeto Farol).
Promoção de ações políticas da rede de adolescentes, fortalecendo o debate sobre as diversas formas de violações contra crianças e adolescentes.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania/Centro de Referência de Assistência Social-CRAS	Cedeca Glória de Ivone, CMDCAG, Secretaria Municipal da Saúde e Instituto IDESA.
Promoção de programas e projetos que fomentem a participação de adolescentes nos poderes legislativo, executivo e judiciário.	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCAG	Poder Legislativo e Governo Municipal.
Produção de materiais que fortaleçam a voz dos/as adolescentes, por meio de periódicos, jornais locais, expressões artísticas e os meios de comunicação.	Secretaria Municipal da Cultura e Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania.	Cedeca Glória de Ivone , Instituto IDESA e iniciativa privada.

Promoção da participação dos/as adolescentes que compõem a Rede Municipal de adolescentes participativos nos espaços de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania.	Secretaria Municipal de Educação/Unidades escolares estaduais e municipais, Cedeca Glória de Ivone e Instituto IDESA.
Fomento à participação dos/as adolescentes nos espaços de comunicação social, como em rádios e redes sociais, de modo que possam promover debates sobre os direitos humanos de crianças e adolescentes.	Secretaria Municipal da Educação (Unidades escolares estaduais e municipais) e Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania.	Rádio comunitária local, Rede de Adolescentes que participaram das oficinas de educação do projeto farol, Cedeca Glória de Ivone e Instituto IDESA.

### **Indicadores de Monitoramento**

1. Número de adolescentes que participam do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCAG e outros conselhos setoriais.
2. Número de grêmios estudantes instituídos, em funcionamento e fortalecidos.
3. Número de Programas e Projetos que promovem o direito à participação de crianças e adolescentes.
4. Número de adolescentes que participaram de formações políticas.
5. Quantidade de produções de materiais impressos ou audiovisuais dos/as adolescentes sobre sua participação nos espaços políticos e nas formações contidas neste plano.
6. Rede Municipal de adolescentes em funcionamento e fortalecida.

**EIXO - COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL****Objetivo: Fortalecer as articulações locais de enfrentamento e pela eliminação do abuso e/ou exploração sexual, envolvendo mídia, redes, fóruns, comissões, conselhos e outros.**

<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Parceiros</b>
Divulgação dos serviços da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente através dos meios de comunicação.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania/ Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Assessoria de Comunicação - ASCOM.	Ministério Público, Fórum DCA/TO, CMDCAG, Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Escolas municipais e estaduais do município.
Mobilização e articulação da sociedade civil e da mídia, para o enfrentamento à situação de violência contra crianças e adolescentes.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCAG e Assessoria de Comunicação.	Governo Municipal, Cedeca Glória de Ivone, Instituto IDESA e ONGS que atuam no município.
Integração dos diferentes conselhos setoriais para a construção de políticas articuladas de enfrentamento ao abuso e/ou exploração sexual.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCAG.	Governo Municipal e ONGS.
Incidência política junto ao conselho municipal dos direitos da criança e dos adolescentes para efetiva destinação de recursos em seu respectivo fundo para o enfrentamento ao abuso e/ou exploração sexual	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCAG.	Governo Municipal, ONGS e Poder Legislativo.
Fomento ao engajamento de setores empresariais e comerciais estratégicos, tais como Sistema S, turismo, transporte, centrais de abastecimento, entre outros, e segmentos de trabalhadores e associações para que promovam intervenções, que contemplem ações como	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCAG.	Governo Municipal e Iniciativa Privada.

campanhas, em suas cadeias produtivas e capacitação de trabalhadores, sensibilizando-os sobre a temática do abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes.		
Fortalecimento das ações de mobilização do dia 18 de Maio, reafirmando os direitos humanos sexuais de crianças e adolescentes.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCAG, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e ASCOM.	Governo Municipal, Instituto IDESA. e ONGS.
Desenvolvimento de campanhas de prevenção ao abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes e de ações de sensibilização e mobilização de grupos específicos e comunidade em geral, articulando com outras campanhas de direitos humanos.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCAG.	Governo Municipal e Assessoria de Comunicação do Município.
Sensibilização e mobilização da mídia local com qualificação dos profissionais de comunicação, para a construção e divulgação de ações positivas de enfrentamento ao abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente-CMDCAG	Governo Municipal, ONGS e Assessoria de Comunicação do Município.
Articulação e envolvimento das organizações públicas e privadas em ações de enfrentamento ao abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes em suas diferentes modalidades.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente -CMDCAG	Governo Municipal, ONGS e Assessoria de Comunicação do Município.
Ocupação de espaços na mídia e na internet para prevenção e proteção da violência sexual contra crianças e adolescentes.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente -CMDCAG	Sociedade Civil e Governo municipal.

<p>Realização de Audiências Públicas com incidência do poder Legislativo, a partir de uma Comissão Permanente em prol da criança e do adolescente, visando o enfrentamento de violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, especialmente aquelas relacionadas ao abuso e/ou exploração sexual.</p>	<p>Conselho Municipal da Criança e Adolescente – CMDCAG e Poder Legislativo.</p>	<p>ONGS e Governo Municipal.</p>
---	--	----------------------------------

### **Indicadores de Monitoramento**

1. Existência de recursos no fundo municipal pelos direitos da criança e do adolescente destinado às ações de enfrentamento ao abuso e/ou exploração sexual.
2. Número de denúncias de abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes que chegam aos canais de denúncia, atestando o maior grau de sensibilidade da população para enfrentar o problema.
3. Número de campanhas realizadas e de empresas e trabalhadores sensibilizados/capacitados sobre a temática.
4. Número de iniciativas, audiências públicas e CPIs no âmbito do poder legislativo municipal relacionadas aos direitos humanos de crianças e adolescentes e, especialmente às situações de abuso e/ou exploração sexual.
5. Número de mobilização relativa ao dia 18 de Maio.
6. Número de matérias veiculadas na mídia municipal e número de profissionais capacitados na temática do abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes
7. Análise do nível de incidência do tema do enfrentamento ao abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes nas redes sociais e outras ferramentas de comunicação.

**EIXO - ESTUDOS E PESQUISAS****Objetivos: Fortalecer ações e políticas públicas por meio de atividades de pesquisa e de formação com o intuito de compreender e explicar o fenômeno da violência sexual.**

<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Parceiros</b>
Criação de banco de dados com informações sistematizadas sobre violações contra crianças e adolescentes.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania.	Universidades e Cedeca Glória de Ivone.
Fomento e financiamento de estudos e pesquisas sobre as diversas configurações do abuso e ou exploração sexual de crianças e adolescentes.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente-CMDCAG e Secretaria Estadual da Ciência e Tecnologia.	Universidades, Governo Municipal e ONG's.
Realização de estudos e pesquisas qualitativas e quantitativas sobre violência sexual.	Universidades e Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania.	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente -CMDCAG
Identificação dos serviços, programas e projetos existentes.	Secretaria Municipal de Assistência Social e CMDCAG.	Universidades, Órgãos Públicos e ONGS.
Levantamento da dotação orçamentária, inclusive no tocante à inserção no PPA, LDO e LOA identificando os recursos financeiros disponíveis de forma a incentivar a denúncia da insuficiência, cortes e desvios de recursos financeiros, onde houver.	Secretaria Municipal de Planejamento, Poder Legislativo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCAG.	Universidades, Órgãos Públicos, ONGS, Ministério Público e Instituto IDESA.
Realização de eventos para avaliação do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania e Conselho Municipal da Criança e	Universidades, Fórum DCA/TO e Cedeca Glória de Ivone

	do Adolescente –CMDCA.	
Realização de pesquisa sobre a resolubilidade da rede nos casos de violência sexual.	Cedeca Glória de Ivone e UNITINS.	Entidades Prestadoras de Serviços de Atendimento, Conselhos Tutelares, Ministério Público, Secretaria Municipal da Saúde, Poder Público Estadual e Municipal.
Criação de mecanismos de divulgação ampla (boletins, site, jornais ou outras iniciativas) dos resultados dos trabalhos de monitoramento e avaliação do Plano.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente –CMDCA.	Governo Municipal, Universidades, Fórum DCA/TO, Adolescentes e Cedeca Glória de Ivone.
Mapeamento dos serviços e organizações que atendem as situações de violência sexual.	Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Cidadania,	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente –CMDCA.
Monitoramento do plano municipal de enfrentamento da violência sexual.	Cedeca Glória de Ivone e CMDCA.	Universidades e Secretaria de Desenvolvimento e Cidadania.

**Indicadores de monitoramento:**

1. Número de dados estatísticos levantados, analisados e divulgados.
2. Sistema de banco de dados implantado e em funcionamento.
3. Número de pesquisas e estudos sobre os programas e projetos governamentais e não governamentais para o enfrentamento do abuso e/ ou exploração sexual de crianças e adolescentes.
4. Número de monitoramentos realizados no âmbito municipal referente ao plano de enfrentamento ao abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes.
5. Percentual de recursos orçamentários destinados ao enfrentamento do abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes.



## 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, 1993.

Site do Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, Censo Demográfico, 2010. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=17&search=tocantins>, acesso em 20 de outubro 2015.

Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, 2013. Relatório de Informações Sociais – SAGI. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada#>, acesso em 18 de novembro 2015.

Site do Atlas de Desenvolvimento Humanos, disponível em <http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta/>. Acesso em 14 de outubro de 2015.

